

Ata

Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Empresa Mineira de Comunicação

Aos dias 12 do mês de janeiro de 2026, às 10 horas, realizou-se a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Empresa Mineira de Comunicação – EMC, por meio de videoconferência, com a presença dos(as) Conselheiros(as) e membros da administração, conforme lista de presença registrada.

Conselheiros: Gustavo Medeiros, Bruno Cardiere, Erick Serrat, Andreza Gischewski, Celso Guimarães Ferreira Junior.

Convidados : Gustavo Mendicino, Luciano Correia, Luciana Diniz, Raphael Raggi, Caroline Santos, Rejane Pelluci, Bruno Diniz, Larissa Montanari, Rodrigo Balbino, Daniel Vilela e Vilma Rosa e Cinthia Meire.

O Presidente do Conselho declarou haver quórum suficiente e deu início aos trabalhos, desejando a todos um bom ano, com votos de paz, saúde e prosperidade.

1. ORDEM DO DIA

A reunião teve como pautas principais:

- (i) apreciação e deliberação sobre a Política (posteriormente denominada Instrução Normativa) de Due Diligence para cargos de direção e estratégicos;
- (ii) discussão sobre decreto recente do Governo do Estado relativo à sustentabilidade das empresas estatais;
- (iii) apresentação e aprovação do calendário de reuniões do Conselho para o exercício de 2026.

2. POLÍTICA / INSTRUÇÃO NORMATIVA DE DUE DILIGENCE

Foi iniciada a apresentação pela representante da Auditoria Interna, que contextualizou a importância da due diligence como instrumento essencial para assegurar que os processos de escolha e permanência de dirigentes e ocupantes de cargos estratégicos sejam conduzidos de forma meritocrática, transparente e alinhada aos princípios da boa governança.

Destacou-se o impacto da Lei nº 13.303/2016, que estabelece requisitos técnicos para ocupação de cargos em empresas estatais, tais como experiência profissional mínima, formação acadêmica compatível, reputação ilibada e notório conhecimento. Foi ressaltada a necessidade de objetivar critérios considerados subjetivos, por meio da definição de parâmetros verificáveis, com vistas à redução da discricionariedade, aumento da transparência e proteção da administração.

Foram apresentados os principais elementos da proposta, incluindo:

- * critérios objetivos para verificação de reputação ilibada e notório conhecimento;
- * utilização de certidões, consultas a bases públicas, análise reputacional e referências profissionais;
- * identificação de “red flags” como indicadores de alerta;
- * fluxo do procedimento, envolvendo a Gerência de Gestão de Pessoas, a Assessoria Jurídica e a Auditoria Interna, com prazo estimado de três dias úteis para conclusão;
- * elaboração de relatório técnico consolidado, de caráter exclusivamente informativo, sem efeito vinculante, a ser encaminhado à Presidência ou ao Conselho de Administração, conforme o cargo analisado.

Esclareceu-se que o procedimento será aplicado previamente às novas contratações e não terá efeito retroativo. Também foi informado que os cargos de diretoria serão submetidos à aprovação do Conselho de Administração, enquanto os demais cargos estratégicos serão submetidos à Presidência, observados os critérios salariais definidos.

Durante a discussão, os Conselheiros manifestaram-se favoravelmente à proposta, destacando sua relevância para o fortalecimento da governança e mitigação de riscos. Foi sugerida e acolhida a alteração da nomenclatura de “Política” para “Instrução Normativa”, bem como a sua estruturação em formato codificado, com artigos e incisos, visando facilitar a aplicação, o acompanhamento e a fiscalização.

Submetida à deliberação, a Instrução Normativa que dispõe sobre o procedimento de Due Diligence na EMC foi aprovada por unanimidade.

3. DECRETO ESTADUAL SOBRE SUSTENTABILIDADE DAS ESTATAIS

Na sequência, foi discutido decreto recentemente publicado pelo Governo do Estado, que trata da sustentabilidade econômico-financeira das empresas estatais. A Presidência e os membros da administração relataram as primeiras análises realizadas, destacando que a EMC possui características específicas, por atuar no setor de comunicação pública, com natureza cultural e educativa, o que a diferencia de empresas com perfil estritamente comercial.

Foi informado que a EMC atualmente fatura aproximadamente 33% de seu orçamento, considerando inclusive o governo como cliente, e que já houve avanços importantes, como o encerramento do exercício anterior sem prejuízo. Ressaltou-se que a administração continuará envidando esforços para reduzir a dependência de subsídios governamentais, respeitando a natureza pública da empresa.

A Assessoria Jurídica comunicou que está elaborando nota técnica para análise mais aprofundada dos impactos do decreto sobre a EMC, especialmente quanto à aplicabilidade das exigências previstas para empresas não dependentes. O Conselho manifestou concordância quanto à necessidade de aguardar essa análise antes de qualquer encaminhamento adicional.

4. CALENDÁRIO DE REUNIÕES – EXERCÍCIO 2026

Foi apresentada minuta de calendário de reuniões do Conselho para o exercício de 2026, prevendo, em regra, encontros mensais, preferencialmente na primeira segunda-feira de cada mês, com exceções pontuais justificadas pela natureza das pautas."

5. ASSUNTOS GERAIS

Foi apresentada a nova integrante da assessoria de governança, que dará apoio aos trabalhos do Conselho,

sendo-lhe dadas as boas-vindas pelos Conselheiros.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos, ressaltou a objetividade e eficiência da reunião, e declarou encerrados os trabalhos.

Presidente do Conselho de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Gischewski Costa, Assessor (a)**, em 28/01/2026, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celso Guimarães Ferreira Junior, Empregado Público**, em 28/01/2026, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO PRATES CARDIERI, Usuário Externo**, em 28/01/2026, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Batista de Medeiros, Chefe de Gabinete**, em 28/01/2026, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erick Serrat Magnani Alves, Assessor(a)**, em 28/01/2026, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **131717153** e o código CRC **2C951DCD**.

Referência: Processo nº 3150.01.0000011/2025-80

SEI nº 131717153